

Grupo temático: Informação e Sociedade – Ação Cultural

Centralidade do trabalho ou centralidade da informação e do conhecimento na formação do profissional em Ciência da Informação?

Hormindo Pereira de Souza Júnior¹

RESUMO

Resultado de pesquisa sobre as atuais formas de consciência da individualidade de profissionais envolvidos com processos de trabalho fundamentados pelas novas tecnologias informacionais no caso, a engenharia de software, este artigo, procura discutir e problematizar com algumas das principais concepções teóricas que hora fundamentam os atuais processos de formação humana.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho

Informação

Conhecimento

Formação Humana

A pesquisa que originou na tese de doutorado em história e filosofia da educação intitulada: as atuais formas de consciência da individualidade: um estudo a partir da Ontologia Social Marxiana, buscou analisar as percepções, representações e atitudes dos engenheiros de software sobre a engenharia de software nos dias atuais, incorporando os seguintes aspectos: o processo de trabalho e a atividade; a atividade profissional e atuação política; a atividade profissional e atuação sindical; a atividade profissional e vida familiar e finalmente sobre sua formação profissional procurando precisar as conseqüências da atividade para a formação da individualidade desse profissional.

¹ Professor Adjunto III do Curso de Ciência da Informação do Instituto de Informática da PUC.Minas
Doutor em História e Filosofia da Educação – PUC.SP – e-mail: hjr@pucminas.br

Neste artigo, privilegiou-se a apresentação, sintética, do contexto social, político, econômico, cultural, bem como, da parte teórica referente às questões candentes e atuais que envolvem os processos de formação humana.

Um dos traços fundamentais do mundo do capital, no final do século XX, é que este ampliou de forma substancial seu caráter global, ao passar por um conjunto de conformações arquitetônicas que visam a atualizar seus pressupostos de reprodução, mantendo todo o seu acervo fundamental. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, desenvolveu novas formas de organização e gerenciamento dos processos de trabalho.

Amplamente favorecidas pelo desenvolvimento da microeletrônica, da informática, da biotecnologia, da engenharia genética, da inteligência artificial, as “metamorfoses” pelas quais passa o sistema do capital produzem mudanças em todas as esferas da vida social. A mundialização, considerada como novo processo civilizatório, imprime um novo quadro social e mental de referência e significados. Este abre novos horizontes para indivíduos, grupos e classes sociais. Modificam-se estilos de pensamento e de opinião. O nacional, o provinciano, o local, compreendendo identidades e diversidades, desigualdades e antagonismos, adquirem novos significados.

A literatura que aborda essas mudanças é expressivamente consensual em apontar a metade da década de 70 como o início destas grandes transformações. Apontam o Japão como o país que liderou o processo de mudanças, a indústria automobilística e eletromecânica como carros-chefes, e, como base material desse novo momento, os aportes fornecidos pela biotecnologia, pela microeletrônica, pelo laser, pelos novos materiais sintéticos, pela informática, pelos sistemas integrados, pelas telecomunicações, etc.

Conforme IANNI (1992,1994), “*o alcance mundial do capitalismo, que se esboça desde os seus primórdios, desenvolve-se de maneira particularmente aberta no século XX*”. As características da marcha da globalização incluem a internacionalização da produção, a globalização das finanças e

seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, “*o vasto movimento migratório do sul para o norte e a competição ambiental que acelera esses processos*”.

Ou seja, esta é, sem dúvida, uma nova fase de acumulação, caracterizada pela versatilidade da produção e da utilização da força de trabalho.

CHESNAIS (1996), ao tratar esse processo em curso, privilegia em sua análise o movimento do capital financeiro, que tem como cenário o mundo. De acordo com ele:

"A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan." (Chesnais: 1996)

A centralização do capital, aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras, reorganiza a economia e a geo-política do mundo. Neste contexto, os grupos industriais multinacionais ganham força, introduzindo novas formas de gestão e de controle do trabalho, da produção e dos mercados. Chesnais utiliza a noção de oligopólio mundial para tratar a forma pela qual as grandes empresas se organizam ao redor do mundo a partir de um espaço de "*rivalidade industrial*" – espaço definido pela concorrência, mas também pela colaboração entre os grupos. É este o espaço da ocorrência de relações diversificadas, que articulam o investimento externo direto – IED – aos grandes grupos multinacionais. O investimento estrangeiro na economia mundial não é um fato novo. Mas, como assinala Chesnais,

"Na verdade, o papel cumprido pelos investimentos estrangeiros, desde o fim do século XIX, na determinação das especializações comerciais dos vários países ou regiões do mundo, sempre foi menosprezado ou fortemente subestimado." (Chesnais: 1996)

Neste sentido, torna-se necessário questionar, pela raiz, as análises que buscam ajustar a formação dos indivíduos a estes movimentos, concebidos como consequência da nova base técnica e dos processos de mundialização do capital. Essas análises partem de uma visão de desenvolvimento, ciência e tecnologia despida de relações sociais e no pressuposto do pleno emprego. “*Em que*

medida, nossas insistências das conseqüências das novas tecnologias sobre o mundo da produção e do trabalho, sem entendê-las, elas próprias, como um produto de relações sociais excludentes, não tornam nossas análises limitadas e adaptativas?”, questiona FRIGOTTO (1997).

Os marcantes fatos históricos do final da década de 80, particularmente 1989, com a queda do muro de Berlim e, posteriormente, o colapso ou a derrocada do pretense “socialismo real”, geraram, de um lado, o ufanismo apologético de uma ordem mundial “unipolar”, ressuscitando as teorias conservadoras ou neoconservadoras (neoliberais) e mascarando a mais profunda crise do capitalismo no final do século XX e, de outro, decretando o fim da possibilidade de uma alternativa ao capitalismo e das teorias que sustentam esta alternativa. Postula-se, dentro desta significação, o “fim da história”, “fim das ideologias”, “das utopias”, “das classes sociais”, conseqüentemente do proletariado, e a emergência da “sociedade pós-industrial”, “da sociedade da informação” ou a “sociedade do conhecimento”, onde o trabalho já não seria o centro.

O balanço que inúmeros trabalhos de longo alcance histórico, marcados pela densidade da análise e precaução em evitar tanto as visões apocalípticas quanto o otimismo ingênuo, não nos permitem vislumbrar saídas fáceis para o fim deste milênio e início do novo para a crise do capitalismo hoje existente. O século XX que se desenvolveu entre duas sangrentas guerras mundiais, visto sob a ótica da crise (Mézáros: 1996) ou o século XX visto sob a ótica dos longos ciclos do capital marcou, também, a “Era de Ouro” do capitalismo. Era que não atingiu de forma simétrica a todos, reduzindo-se a um grupo pequeno de nações no mundo.

Porém, uma boa parte da literatura, mostra os limites intrínsecos da possibilidade de o capital generalizar o desenvolvimento social, econômico, cultural e o produto do trabalho social. O elemento histórico empírico deste limite parece ter ficado, porém, mais claro, no final do século XX.

“Esta crise seria igual às outras e, portanto, logo adiante voltaríamos a uma nova Era de Ouro, agora sob os auspícios da mundialização?” (questiona FRIGOTTO,1997). Vários estudos como o

de Chénais e Mézáros não apostam nesta direção. A continuidade desta lógica somente se manterá mediante o aumento da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e aumento da exclusão.

Istvan Mézáros, em sua obra de maior relevância - *Beyond Capital* (1995) salienta que a forma capital de relações sociais, evidenciou, no fim do século, ter esgotado sua capacidade civilizatória e somente pode manter-se mediante maior ímpeto de destruição. Para ele, “*já há algum tempo o capitalismo perdeu a sua função civilizatória enquanto organizador impiedoso mas eficiente do trabalho*”. Nesta obra, o autor afirma que o sistema do capital funda-se cada vez mais no desperdício, na “*obsolescência planejada*”, na produção de armas e no desenvolvimento do complexo militar. É visível que esse impulso incontrolável para a expansão já produziu destruição dos recursos naturais e do meio ambiente. Esse sistema, na visão de Mézáros, produz intensamente trabalho supérfluo. Sem contar que nos últimos 20 anos o capitalismo vem abolindo todas as concessões do chamado Estado de bem-estar social que justificava sua existência.

A dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista, neste final de século, é dada pela intensa destruição de postos de trabalho - síndrome do desemprego estrutural - precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada com a abolição dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores. Este processo dá-se pela conjugação da mundialização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e da tecnologia.

A mundialização, como mostram vários estudos, na forma que se explicita atualmente é, sobretudo, a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado, sob a égide da força desigual da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pela hegemonia do capital-financeiro, que circula, como uma nuvem, de um pólo a outro do planeta, facilitado pelas redes de informação, sob a tecnologia microeletrônica, em busca de valorização.

Vinculada ao monopólio crescente da base científica e tecnológica, a mundialização permite um verdadeiro movimento de autovalorização do capital pela intensa exploração da força de trabalho. De um lado a nova base tecnológica, marcadamente flexível, permite um rápido deslocamento de investimentos produtivos de uma parte para outra do mundo (desterritorialização do capital) para buscar vantagens nas taxas de lucro e, de outro lado, aumenta exponencialmente a intensidade do capital morto e a conseqüente diminuição de capital vivo. E está aqui a especificidade da “mundialização do capital”, na visão de Chesnais. Vale ressaltar que é com estas armas que o capital vem desmobilizando e minguando a organização e o poder sindical que se vê forçado a negociar direitos conquistados por uma garantia mínima do emprego. Amplia-se, neste contexto, a possibilidade de superexploração da força de trabalho.

Dentro deste cenário de *fin de siècle*, ao contrário das visões apologéticas do capitalismo como um modo de produção mundializado, as análises de Chesnais e Mészáros, apontam para uma mesma direção, mostrando que o capital expõe hoje, como nunca, os seus limites intrínsecos; e, a crise que o modo de produção capitalista enfrenta atualmente é a mais profunda da sua história, necessitando, para enfrentá-la, um potencial maior de destruição.

Ou seja, esse momento atual do sistema do capital reordena sua base e sua superestrutura, sem que, com isto, se modifique a sua essência visivelmente autofágica, que produz riquezas ao mesmo tempo em que desproduz o homem. A busca de maximização de lucros, pela redução cada vez maior do valor da força de trabalho, obedece à lógica intrínseca ao modo de produção capitalista. Neste intento, o sistema destrói suas próprias bases, num movimento de autodestruição de si mesmo. Essa lógica gera, em escala planetária, uma grande massa de proletários e ociosos compulsórios cada vez mais pobres e famintos. É a destruição do próprio homem em suas bases humano-societárias. Como nos informa MÉSZÁROS, (1989:102):

“... o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos, enquanto que seu impulso interior pela auto-expansão é a priori incompatível com os conceitos de controle e limite, e desde logo com o de uma autotranscendência positiva. É por isto que

corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas."

Esse novo padrão de acumulação exige a reestruturação profunda das bases em que se assenta a acumulação do capital, as quais vêm implicando na adoção de medidas que por sua vez trazem profundas transformações à sociedade como um todo.

Os novos tempos impõem transformações na base técnica, econômica, política, nas relações sociais e, portanto, outros são os requerimentos à formação dos indivíduos largamente apregoados pelos chamados "novos paradigmas educacionais".

As atuais transformações implicam em uma massiva incorporação da ciência e da tecnologia como força produtiva direta. A base técnica da acumulação capitalista que até então exigia um investimento significativo em capital variável passa a exigir um maior investimento em capital constante. Com isso, a tecnologia microeletrônica desenvolve substancialmente a informática, dando uma nova característica à base técnico-material do sistema.

Neste sentido, a sociedade do capital aparece como um mundo fantástico, luminoso, onde, até que enfim, o capital teria realizado seu sonho de ouro, qual seja, viver e se reproduzir sem o trabalho. Não são poucos os que se habilitam a defender a tese do fim da "sociedade do trabalho", do fim do "valor-trabalho".

A este respeito, as teorias de Daniel Bell sobre a "sociedade pós-industrial", as de Habermas e as de Offe sobre o "capitalismo tardio" são bastante ilustrativas.

BELL tem por base um esquema conceitual no qual a sociedade é formada por três esferas distintas – estrutura social, política e cultural –, sendo cada uma delas regida por um princípio axial diferente. A partir desse esquema, que serve como um suposto antídoto à tentativa de analisar a sociedade como um todo mediante um único parâmetro, Bell afirma que o conceito de sociedade "pós-industrial", cujo princípio axial é a tecnologia, se refere apenas à estrutura social.

Neste sentido, BELL, tendo a tecnologia como parâmetro de análise, elabora um esquema evolutivo em que o conceito de sociedade “pós-industrial” é contraposto aos de “pré-industrial” e de industrial. Enquanto para ele o setor “pós-industrial” é voltado principalmente para atividades de processamento, com base em telecomunicações e computadores para veiculação de informação e conhecimento, o setor “pré-industrial” é mais voltado para atividades agrícolas e extrativas e o industrial é definido como fabricante de bens manufaturados com base em tecnologia mecânica.

De acordo com BELL, na sociedade industrial, baseada em tecnologia mecânica, o capital e o trabalho são as principais características estruturais; as mercadorias industriais são produzidas em unidades distintas, cuja compra ou troca envolve a transferência da posse física e pode ser consumida ou usada como uma mercadoria qualquer; na manufatura de bens industriais pode-se estabelecer uma função de produção e determinar a combinação aproximada e o custo relativo de cada fator; por fim, a sociedade industrial se caracteriza, segundo Bell, pela teoria do valor-trabalho, já que o capital é trabalho incorporado.

Para ele, a sociedade “pós-industrial” é baseada em tecnologia intelectual, em informação e em conhecimento, que diferentemente das mercadorias industriais, quando vendidos continuam com o produtor, por isso não se esvaem quando consumidos ou usados. Além do mais, o conhecimento é um produto social e a questão dos seus custos, preço ou valor em muito difere da dos produtos industriais. Por fim, a sociedade “pós-industrial” é caracterizada por uma teoria do valor-conhecimento, já que é a codificação do conhecimento que se constitui na força diretiva da inovação.

BELL não sustenta que a sociedade pós-industrial substitui a industrial. Ele porém, chama a atenção para as novas dimensões que caracterizam a sociedade pós-industrial: a centralidade do conhecimento teórico, que se tornou a base das inovações tecnológicas e a expansão do setor de serviços. De acordo com o esquema evolutivo proposto por Bell, enquanto na sociedade industrial, o trabalho é um jogo contra a natureza; na sociedade pós-industrial, a natureza é excluída e o

trabalho passa a ser um jogo entre pessoas – o burocrata e o cliente, o médico e o paciente, o professor e o aluno. Por trás dessa mudança na natureza do trabalho está outra de natureza conceitual, que é a substituição da teoria do valor-trabalho por uma teoria do “valor-conhecimento”. No mesmo plano, caminha a perspectiva apologética de TOFFLER (1970,1980,1993), que postula o fim da “sociedade do trabalho” que teria então sido suplantada pela “sociedade do conhecimento”, dando origem a um pretense “cognitariado” em substituição ao proletariado.

Sob o aparente argumento de se contrapor às chamadas teorias da sociedade industrial, Habermas e Offe desenvolveram a noção de “capitalismo tardio”.

Segundo eles, essa noção baseia-se fundamentalmente nas mudanças estruturais vividas pelas sociedades capitalistas industrializadas desde o final do século XIX. Essas mudanças estruturais consistem, segundo HABERMAS, basicamente em duas tendências de desenvolvimento, que ele resume como:

“um crescimento da intervenção estatal, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema, e uma crescente interdependência entre a pesquisa e a tecnologia, que converteu as ciências numa força produtiva dominante”.(HABERMAS,1970:68).

É com base nessas duas tendências, que Habermas e Offe definem a sociedade atual como sendo de natureza diferente daquela do século XIX, sobre a qual Marx escreveu. Assim, a expressão “capitalismo tardio” é usada em contraposição a capitalismo liberal, justamente para diferenciar a sociedade industrial contemporânea do jovem capitalismo, que vigorou na Europa Ocidental até a metade do século XIX.

Naquela época, segundo HABERMAS, a teoria do valor-trabalho formulada por Marx constituía-se num instrumento eficiente para destruir criticamente a aparência de liberdade representada pela instituição legal do contrato de trabalho livre. Ou seja, a teoria do valor-trabalho revelava as relações de dominação e exploração nas quais se baseava a instituição do trabalho assalariado.

Neste sentido, para HABERMAS e OFFE, últimos dos representantes daquilo que se denominou Escola de Frankfurt, o esquema analítico de Marx, baseado no valor-trabalho, que foi eficiente para explicar o funcionamento do capitalismo liberal, tornou-se insuficiente para explicar a realidade do atual “capitalismo tardio”. A ação combinada das duas tendências apontadas por HABERMAS invalidaria as bases da teoria marxista do valor-trabalho.

Aqui, poderíamos aplicar o ensinamento marxiano presente no Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte:

“Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a **segunda como farsa...**” (MARX,1978:329). **O grifo é nosso.**

Ou seja, aí está no que se transformou a Escola fundada por Adorno e Horkheimer.

O exposto acima permite ver, tendo por base as transformações estruturais vivenciadas pelas sociedades desenvolvidas, que tanto a teoria de Habermas e Offe sobre o “capitalismo tardio” quanto a de Daniel Bell sobre a “sociedade pós-industrial” questionam a atualidade da teoria marxiana do valor-trabalho.

A dissociação entre fato e pensamento, entre objetividade e subjetividade atinge nos dias atuais, como se pode perceber pelas postulações teóricas acima pontuadas, magníficas proporções. Completamente alucinados pelo virtual, tais autores deixam de pensar o quê o virtual representa e significa, proporcionando condições para ser por ele (virtual) pensado. Ou seja, a materialidade perde seu princípio de ação e de realidade.

Busca-se substituir a materialidade pelo princípio voluntarista de uma “ação comunicativa”, que se valida quando duas ou mais pessoas procuram expressamente chegar a um acordo voluntário de modo a poder cooperar entre si, mesmo que esse acordo não seja tão voluntário, se se considera a possibilidade das proposições manipulativas. As soluções oferecidas por HABERMAS de uma “comunidade ideal de comunicação”, de uma “situação ideal da fala” negam o conflito social e a

sua resolução potencial. Ou seja, a materialidade é substituída pela transcendência de uma relação intersubjetiva onde o fundamental não é a atividade, mas a intenção subjetiva que os indivíduos conferem à sua ação.

As atuais “metamorfoses” por que passa o sistema do capital produzem, assim, um largo debate acerca de suas várias conseqüências. A par da radicalidade da crise atual do capital, movimentos no plano do pensamento o eternizam pela representação virtual da realidade. As teorias deixam de ser falsas ou verdadeiras e todos os discursos passam a construir a realidade, possuem o poder de instaurar a verdade. A razão e a ciência são postas sob suspeita. A simplificação e o relativismo, segundo os quais tudo é convencional, subjetivo e incapaz de refletir a objetividade, parecem ser a marca mais significativa do século XX. A tese de que, até que enfim, “chegamos ao fim da história”, vem de um pensamento supostamente de direita mas também de um pensamento supostamente de esquerda.

O fim do que, por muitos, foi evidenciado como “socialismo” e que, de fato, não passou de outra face do capital, tornou transparentes os equívocos daquilo a que se convencionou chamar de “marxismo”. A alienação da consciência produzida por um esquema mental fossilizado e de caráter pragmático não passou de uma objetivação do capital num universo posto para além do capitalismo. (Sobre isto ver: MÉSZÁROS:1989 e 1996).

Marca o início de um novo século, o que não difere do que parece ter sido o mal do século XX, uma posição gnosiológica de fundamentação subjetivista fortemente marcada por princípios agnósticos, que busca substituir a originalidade do pensamento marxiano, fundamentado pelos princípios da ontologia, ou como quer NETTO(1994), pelos princípios de uma “*Nova Ontologia*”.

É uma situação contraditória, por isso mesmo, perfeitamente compreensível. São as condições históricas e sociais da crise do mundo do capital que permitem e oferecem possibilidades de crítica a uma recuperação gnosiológica do pensamento marxiano, efetuada pelo discurso pretensamente

marxista. Ao mesmo tempo, essas novas condições históricas e sociais proporcionam a recuperação do pensamento marxiano de origem, necessária para a compreensão do momento atual.

A atual “reconversão produtiva” de farto investimento em capital constante obnubila o pensamento, tanto em sua face liberal quanto em sua face pretensamente “revolucionária”. Este movimento de obscurecimento do pensamento praticamente expropria a subjetividade da objetividade, instaurando, então, um movimento que nomeia a realidade e, portanto, institui a realidade a seu bel-prazer. Disso parece resultar a seguinte proposição: resignemo-nos; predestinemo-nos; viveremos sob a égide eterna do mundo do capital. E de preferência, sem o trabalho.

Esta é, sem dúvida, uma nova fase de acumulação, caracterizada pela crise, mas, também, pela versatilidade da produção e da utilização da força de trabalho. As transformações são de vulto, a tal ponto que estimulam um determinado modo de ver as novas tecnologias, como os sujeitos fundamentais dos processos sociais:

“Na encruzilhada do capital e do trabalho, da matéria e da inteligência, as novas tecnologias mudaram, em duas ou três décadas, não só a nossa maneira de trabalhar, como toda a nossa maneira de viver. Elas se inscrevem num duplo movimento que caracteriza as sociedades desenvolvidas de hoje: a inserção cada vez maior de inteligência nos objetos, nas máquinas, nos processos de produção, de informação e de comunicação, de comercialização e, ao mesmo tempo, a mobilização crescente da inteligência nos processos econômicos e sociais. A ‘matéria cinzenta’ é reconhecida como o principal recurso.” (CASPAR, apud WITKOWSKI,1995:81).

Apesar dessa visão equivocada que transforma a tecnologia em sujeito, é inegável que as novas tecnologias intelectuais de caráter interativo e fundamentadas na informática têm sido usadas para modificar as bases materiais da produção, conservação e transmissão dos conhecimentos.

A noção de tempo real, ou seja, organização/reorganização dos agenciamentos sociotécnicos, flexibilidade, fluxo tencionado, estoque zero, é o espírito da informática. Para LÉVY,

“Vivemos em uma cultura informático-mediática portadora de um tipo de temporalidade social baseada num ‘tempo real’ e em um ‘conhecimento por simulação’, não inventariado antes da chegada dos computadores. (1993:133)”.

Isto significa que estas modificações tecnológicas põem e repõem as novas bases objetivas do modo de pensar e construir/reconstruir o conhecimento. Neste sentido, a relação sujeito/objeto é, hoje, mediatizada por diversos dispositivos informáticos, que dão novo conteúdo às atividades e às individualidades, envolvidas nos processos de trabalho e de conhecimento.

Surgem, então, novas individualidades, como as dos “*novos engenheiros*” que lidam com a informação, como identifica VIDECOQ:

“Figura produtiva ambígua, o **engenheiro de software** subverte as análises clássicas: nem executivo nem trabalhador, planejador e executante, difícil de definir, de formar, de dirigir, de sindicalizar, ele é o elo estratégico e incontornável da sociedade de informação. Sem ele, não existe informática.” (VIDECOQ, apud WITKOWISKI, 1995:49-50). **(O grifo é nosso)**.

Segundo esse autor, este sujeito está envolvido com uma atividade altamente desenvolvida que “*modifica e reúne os diferentes programas que estão na base dos sistemas informáticos.*” É, portanto, “*protótipo das novas formas da atividade humana, sofisticadas e artificiais; ele é um mutante.*” São atividades do chamado trabalho imaterial, que, no limite, levariam ao fim do trabalho predominantemente físico. Ressaltando a importância não do “fim do trabalho”, mas a predominância de um trabalho mais criativo e intelectual.

São significativas as transformações que a informática, através de mecanismos multimídicos e de realidade virtual, podem provocar nos processos de formação humana. Os meios eletrônicos de massa e a tecnologia de informação podem trazer modificações substanciais aos processos formativos. Diferentemente da cultura escrita, na qual a reflexão se pauta pela utilização de categorias, na cultura informática o pensamento e a reflexão são mediados por procedimentos formais e por modelos computacionais. O novo modo de acesso à cultura se dá através dos sistemas inteligentes, da realidade virtual, da multimídia, da TV interativa, do uso das várias “*inforvias*” (redes computadorizadas de informação) e da Inteligência Artificial, que se situa no cruzamento da cognição, das Neurociências e da Informática, buscando compreender o pensamento e o comportamento humanos, a fim de reproduzi-los artificialmente.

Estas “metamorfozes” impõem como necessário o desenvolvimento de uma individualidade adaptada às mudanças, desenvolvem-se programas de formação e treinamento que enfatizam o desenvolvimento de novas percepções, novas representações e novas atitudes, adequadas ao trabalho. Como projeto pedagógico, esta intervenção constitui-se em ações que visam o reordenamento da forma-de-ser dos trabalhadores, buscando alterar, portanto, suas condutas e suas práticas sociais, reordenando, então, sua individualidade.

Adequado aos novos modelos de produção e trabalho, que submetem os trabalhadores a uma validação permanente de sua adequação às atividades de trabalho, as atuais intervenções pedagógicas do capital se voltam para o desenvolvimento da capacidade do trabalhador em resolver problemas na produção e em transferir habilidades para o desempenho de tarefas reformuladas ou introduzidas no processo produtivo.

Estas atuais intervenções pedagógicas reforçam a idéia de uma formação da individualidade que seja adequada às necessidades de resolução de problemas e transferências de habilidades. Estas, voltam-se basicamente ao desenvolvimento de novas percepções, novas representações e novas atitudes, fundamentais para a formação da individualidade apta às novas transformações tecnológicas.

Enfim, sabemos que não há uma relação mecânica entre base e superestrutura; porém, ao racionalizar a produção, proporcionamos condições efetivas de racionalização do modo de viver. Às transformações na base material da produção social acompanham mudanças no modo de viver, refletir e apreender a vida. Afinal, a base material em que se assenta a sociedade, bem como a tecnologia, é produto do trabalho humano e como tal sua “natureza” é social. Como todo produto humano, sua ação é contraditoriamente humana. Assim como o ser social realiza a história e é por ela realizado, afirmar que o homem realiza a base material e a tecnologia assim como por ela é realizado não tem nada de reificador ou mesmo de transformá-la em sujeito autônomo.

As novas tecnologias intelectuais de caráter interativo, possibilitam “conhecer” a realidade através de simulações, o que leva a um relativo afastamento do empírico, promovendo mudanças no plano da racionalidade intrínseca aos processos de formação da individualidade humana. Essas mudanças recolocam as categorias de, objetividade, subjetividade, individualidade e racionalidade no centro dos debates acerca das relações entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Portanto, traz novos desafios ao problema da formação humana na atualidade.

Há toda uma discussão na literatura acerca da melhor maneira de caracterizar os diversos processos de transformações que ocorrem no mundo do capital desde os finais do século XIX. Tais transformações caracterizariam um rompimento com os fundamentos da modernidade? A atual “pós-modernidade” caracterizaria uma nova forma de sociabilidade, o que caracterizaria uma nova ciência portanto, uma nova forma de pensar o homem e o mundo, portanto uma nova individualidade humana?

A ciência moderna surge, no século XVI, com o renascimento europeu. A humanidade inicia, entre os séculos XVI e XVIII, um novo modelo de sociedade, que supõe mudança conceitual sobre o sujeito humano. A “Nova Ordem” funda-se em oposição à “Velha Ordem”, baseada nos costumes e na tradição. Com o aparecimento das instituições sociais modernas, criaram-se oportunidades bem maiores para os seres humanos, oportunidades que nenhuma organização social “pré-moderna” poderia criar.

As transformações introduzidas pela modernidade são mais profundas que as transformações que caracterizam a organização social anterior. Na modernidade, os conceitos de “universalidade”, “individualidade” e “autonomia” são fundantes de uma nova visão social de mundo. Como parte deste processo, desenvolve-se a concepção de indivíduo livre, racional e justo, consciente de seus atos, sujeito de si e do conhecimento.

Em nosso século, aparentemente, a valorização da autonomia da individualidade emerge como fundamento de um novo “paradigma”. Uma pretensa nova relação entre sujeito e objeto desponta

como parte de transformações objetivas. LYOTARD (1990), a define como “condição pós-moderna” e afirma que esta se delineia desde o final do século XIX.

O “pós-moderno” seria uma condição dos discursos nas sociedades desenvolvidas. Para ele, seria um estado da cultura fundamentada por transformações que vêm afetando as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes.

Segundo esse pensamento “pós-moderno”, as “metanarrativas” perderam seu poder explicativo do mundo. A ciência de hoje não mais pretenderia ser totalizante e muito menos afirmar qualquer tipo de verdade, ainda que provisória.

Para LYOTARD, a fragmentação e a heterogeneidade das sociedades contemporâneas fazem com que suas práticas não possam mais ser legitimadas pelos “discursos universalistas”. Ao valorizar as chamadas experiências particulares, de grupos e de indivíduos, as concepções “pós-modernas” rejeitam a idéia de totalidade. Seu eixo fundamental é constituído pela pluralidade, relatividade, particularidade, contrapondo-se à singularidade e à universalidade.

Essa mudança paradigmática se dá em vários campos: nas ciências humanas e sociais, nas ciências biológicas e físicas, etc..Os discursos são articulados em torno de dicotomias como verdade/objetividade e falsidade/subjetividade.

Aqui, o objeto é aparentemente expropriado do sujeito, ou seja, o objeto não existe, a *priori*, objetivamente: ele é uma construção intelectual dos sujeitos. Passa-se, então, a questionar a pretensa objetividade positivista e funcionalista e, como pretendem alguns, a objetividade marxista. Essa “nova visão paradigmática” entende que a idéia de determinação, não apenas no mundo social, mas também no mundo da natureza não é mais suficiente para explicar a vida.

Na biologia, a idéia de subjetividade também se incorporou ao modo como se passou a conceber a organização dos sistemas vivos. Considera-se que tudo o que é vivo é autocriativo e os organismos, como sistemas vivos, são criadores de si próprios.²

Esta concepção de que os fenômenos sociais e naturais são desprovidos de objetividade sobrevaloriza a emergência da aleatoriedade e do acaso e, com isso, a sobredeterminação das noções de subjetividade, individualidade e autonomia.

Esta “nova” forma em que se apresenta a irracionalidade traz conseqüências significativas para o objeto da ciência, a partir do instante em que esse passa a ser tratado como algo suscetível de ser modelado pela vontade.

Para MORIN (1977:75), “*o que é único real é a conjunção da ordem e da desordem*”. E, ainda, citando SERRES (1974), afirma: “*Sim, a desordem precede a ordem, e só a primeira é real*”.

Neste sentido, esta concepção se coloca diametralmente oposta à propositura cartesiana, super-relativiza os resultados do processo de conhecimento, ao supor que se a ciência revela algum tipo de verdade, esta é subjetivamente construída.

Rejeita, assim, a idéia de que o conhecimento científico possa ser tratado como representação exata da realidade, como espelho da natureza. Deve-se, então, ser tratado, como uma das diversas formas de representação da realidade. São discursos literários e artísticos sobre o mundo. Ou, como desejam os psicólogos e psicanalistas, são “olhares diferenciados sobre o mundo”. Patética é a conclusão de que todos são verdadeiros.

Fica claro, desta forma, que esta concepção de mundo superestima o papel do sujeito, portanto, da individualidade como produtora da vida pois considera que a idéia de indivíduo universal exclui as diferenças entre os sujeitos.

² Sobre isto ver: MATURANA, H. R., VARELA, F. J. De máquinas y seres vivos. Santiago: Universitária, 1973.

As conseqüências dessa visão são patentes em toda a literatura que trata do assunto. Buscando reconceitualizar o vazio como um dos espaços de criação, a realidade “pós-moderna”, como observa GUATTARI (1992), seria uma construção subjetiva e, portanto, se é construída, poderia ser desconstruída, interrogada, questionada.

É nesse sentido que MORIN (1977:82) propõe o paradigma da complexidade para desenvolver um novo método para o saber, de negação da visão universalista do mundo, afirmando, portanto, o relativismo.

Percebemos, portanto, que na concepção “pós-moderna”, a noção de objetividade parece perturbar o sujeito.

Isto tem, no entanto, uma determinação objetiva. A partir do último quartel do século XX, as transformações socioeconômicas, políticas e culturais no capitalismo afetam significativamente os modos de vida e a organização social do mundo do capital.

O processo de aprofundamento da globalização do capital, o desenvolvimento de novas tecnologias e de novas formas de organização e gerenciamento dos processos de trabalho implica num processo de fragmentação social nunca antes visto, é expressão disto, o número de guetos pauperizados, a favelização das cidades e a exacerbação da exclusão social.

Torna-se inviável a comunicação e a coexistência de realidades sócio-culturais diferentes no capitalismo de hoje. O aumento da desigualdade social, sobretudo nas duas últimas décadas do século passado, revela os efeitos excludentes do processo de desenvolvimento do capitalismo.

São entraves concretos à realização das promessas universalistas da modernidade. No bojo desse mesmo processo, surgem as concepções que reivindicam a particularidade e a autonomização da subjetividade em relação à objetividade.

Como observa GUATTARI (1992), as mesmas transformações tecnológicas que levaram a uma tendência de *“homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade também levaram a uma tendência heterogênicica e de singularização dos seus componentes”*.

O que está em questão, nessa forma de ver o mundo é a negação da possibilidade cognoscente das chamadas “metanarrativas” em favor de uma suposta pluralidade e relatividade da possibilidade cognoscente do mundo.

Ou seja, é a luta de diferentes individualidades singularizantes por se fazer reconhecidas no mundo. Um dos efeitos mais expressivos dessa forma de ver o mundo residiria na impossibilidade de uma ação social fundamentada em um projeto unitário. Nesse sentido, muitos passam a afirmar que “não é mais possível se livrar do mundo do capital”. O pragmatismo parece ser a única filosofia possível de ação.

Para MÉSZÁROS (1996:63),

“as teorias da ‘modernidade’ e da ‘pós-modernidade’ preenchem as exigências ideológicas das circunstâncias de conflito mais agudo. Ambas evitam fazer suas proposições teóricas fundamentais a partir da situação histórica dada. As referências aos processos sociais existentes parecem mais observações ilustrativas ocasionais do que parte essencial da própria teoria. Não há conexão inerente entre o discurso teórico geral e o ‘mundo da atividade concreta’ da ordem sócio-histórica dada”.

Seguindo então esse raciocínio, essas concepções não seriam suficientes *“até mesmo em seus próprios termos de referência”*.

“Em sua absoluta negatividade, elas parasitam as formas rejeitadas de discurso emancipatório”.

Não podem abandonar totalmente as preocupações emancipatórias. São incapazes de *“indicar, ao mesmo tempo, com base na dinâmica histórica real, algumas forças possíveis da emancipação individual e social”*.

“Esta lacuna - que decorre da rejeição categórica do trabalho como agente de emancipação - traz consigo conseqüências metodológicas profundas, compartilhadas tanto pelos ideólogos da ‘modernidade’ quanto pelos da ‘pós-modernidade’”. (MÉSZÁROS 1996:67).

É desse modo que a concepção de LYOTARD se emaranha em uma aporia fundamental. Como nos diz MÉSZÁROS: “o único conteúdo real que ele pode proporcionar à sua ‘pequena narrativa’ idealizada é a discussão das ‘metaprescrições’ a serem adotadas pelos vários grupos.”

Ou seja, para estabelecer as interconexões e mediações globais necessárias, “seria levado a reformular outro ‘metadiscurso’ ou ‘grande narrativa’”.

“Por outro lado, entretanto, pelo modo como se propõe a solucionar seu dilema, sua teoria geral não termina com uma estrutura exequível, isenta de características metadiscursivas, mas, ao contrário, com um metadiscurso de segunda ordem que se esgota na discussão de regras de aplicabilidade estruturalmente dúbia.” (MÉSZÁROS,1996:68).

Pelo exposto, viu-se que o aparente processo de expropriação da objetividade atinge seu ápice nas chamadas concepções “pós-modernas”.

A ontologia social marxiana ao negar a possibilidade de compreensão da essência humana de forma abstrata apontando que essa só pode ser apreendida e compreendida em sua ceterioridade, ou seja, em sua condição real de existência, pode representar a saída desse emaranhado de aporias identificadas por MÉSZÁROS.

REFERÊNCIAS

1. BAETHGE, Martin. Novas tecnologias, perspectivas profissionais e autocompreensão cultural: desafios à formação (bildung). **Educação & Sociedade**, São Paulo, n.34, p.7-26. dez. 1989.
2. BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós - industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
3. BURAWOY, Michel. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.13, 1990.
4. CASPAR, Pierre. O Futuro dos investimentos imateriais. In: WITKOWSKI, Nicolas. **Ciência e tecnologia hoje**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.
5. DWYER, Tom. **Um salto no escuro**; um ensaio interpretativo sobre as mudanças técnicas. **RAE**, Rio de Janeiro, n.4, p.29 -48, out./dez. 1989.
6. FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, não-trabalho, desemprego; problemas na formação do sujeito. **Perspectiva**, Florianópolis, n. 18, ago./dez. 1992.

7. _____. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.
8. GUATTARI, F. **Caosmose**; um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
9. HABERMAS, J. A nova intransparência. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.18, set. 1987.
10. _____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
11. _____. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
12. _____. Trabalho e Interação. In: HABERMAS, J. **Ciência e técnica como ideologia** Lisboa: Edições 70.
13. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.
14. IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. 194p.
15. KURZ, Robert. **O colapso da modernização**; da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244p.
16. LÉVY, P. As novas técnicas de administração do saber. In: WITKOWSKI, Nicolas. **Ciência e tecnologia hoje**. São Paulo: Ensaio, 1994.p.39-40.
17. _____. **As tecnologias da inteligência**; o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
18. LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. [s.l]: José Olympio, 1990. 123p.
19. MATURANA, H. R., VARELA, F. J. **De máquinas y seres vivos**. Santiago: Universitária, 1973.
20. MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial. 1999.
21. MÉSZÁROS, István. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ad Hominem I – Tomo I – Marxismo**. São Paulo, 1999.
22. _____. **Byond Capital**. Londres: Merlin Press, 1995.
23. _____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1993.
24. _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
25. _____. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 105p.
26. MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 45 - 59.

27. _____. **O Método**; a natureza da natureza. [s.l.]:Publicações Europa-América, 1977.
28. _____. **Terra pátria**. [s.l.]:Editora Sulina, 1995.
29. SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. **As atuais formas de consciência da individualidade**: um estudo a partir da Ontologia Social Marxiana. 2001. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Pós-graduação da PUC/SP.
30. SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. Forma e conteúdo na construção ideológica do discurso da qualidade. In: FIDALGO, Fernando Selmar; MACHADO, Lucília R. de Souza (Org). **Controle da qualidade total**; uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994. Cap. 4, p.53-62.
31. SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. **Inovação pedagógica e formação do sujeito**; a concepção da “Escola do Futuro” da USP. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG.
32. SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. Reflexões necessárias sobre o problema da formação do sujeito na atualidade. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 1, p.75-90, fev./jul. 1997.
33. TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro : Record, 1980. 491p.
34. _____. **Guerra e anti-guerra**; sobrevivência na aurora do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Record, 1994. 349 p.
35. _____. **Powershift**; as mudanças do poder. Rio de Janeiro: Record, 1993. 613 p.
36. VIDECOQ, Emmanuel. O engenheiro de software; artesão do imaterial. In: WITKOWSKI, Nicolas. **Ciência e tecnologia hoje**. São Paulo: Ensaio, 1994.p.49-50.